

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ

JULIO MATHEUS RAMOS PEREIRA

**DIAGNÓSTICO DAS AGROINDÚSTRIAS DE BENEFICIAMENTO DE PRODUTOS DE
ORIGEM ANIMAL EM SANTA HELENA, PARANÁ**

Santa Helena

2023

JULIO MATHEUS RAMOS PEREIRA

**DIAGNÓSTICO DAS AGROINDÚSTRIAS DE BENEFICIAMENTO DE PRODUTOS DE
ORIGEM ANIMAL EM SANTA HELENA, PARANÁ**

Diagnosis Of Agroindustries Processing Animal Products In Santa Helena, Paraná

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Agronomia da Universidade Tecnológica Federal do Paraná Campus Santa Helena, como requisito parcial para obtenção do título Bacharel em Agronomia.

Orientador: Prof^a. Dr^a. Alessandra Matte

Santa Helena

2023



[4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)

Esta licença permite compartilhamento, remixe, adaptação e criação a partir do trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que sejam atribuídos créditos ao(s) autor(es). Conteúdos elaborados por terceiros, citados e referenciados nesta obra não são cobertos pela licença.

DIAGNÓSTICO DAS AGROINDÚSTRIAS DE BENEFICIAMENTO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL EM SANTA HELENA, PARANÁ

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Agronomia da Universidade Tecnológica Federal do Paraná Campus Santa Helena, como requisito parcial para obtenção do título Bacharel em Agronomia.

Aprovada em: Santa Helena, 30 de junho de 2023.

BANCA EXAMINADORA:

Prof^a. Dr^a. Alessandra Matte – Orientadora

UTFPR

Prof^a. Dr^a. Fabiana Thomé da Cruz

UFG

Prof. Dr. José Tobias Marks Machado

UTFPR

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer primeiramente a Deus, que fez com que meus objetivos fossem alcançados, durante todos os meus anos de estudos. Aos meus amigos e familiares que sempre me apoiaram e contribuíram para a minha formação pessoal e profissional.

Agradeço imensamente aos meus professores que contribuíram para a minha formação acadêmica compartilhando seus conhecimentos profissionais em distintas áreas de atuação. Mas em especial à Professora Doutora Alessandra Matte, por ter sido além de minha professora e orientadora ter cooperado e me apoiado nas minhas decisões profissionais com muita dedicação e amizade.

Lembre da minha ordem: “Seja forte e corajoso!
Não fique desanimado, nem tenha medo, porque
eu, o Senhor, seu Deus, estarei com você em
qualquer lugar para onde você for.”

Josué 1:9

RESUMO

A preocupação e a procura por alimentos saudáveis e de qualidade cresce periodicamente. Agroindústrias familiares rurais são importantes fornecedoras desses alimentos. Diante disso, a presente pesquisa teve por objetivo geral analisar as características e os desafios encontrados por agroindústrias rurais formalizadas de beneficiamento de produtos de origem animal no município de Santa Helena, no Oeste do Paraná, Brasil. A pesquisa é do tipo descritiva, com principal método de coleta de informações e entrevista em profundidade, realizada com o universo das agroindústrias rurais de processamento e beneficiamento de produtos de origem animal sendo 12 estabelecimentos. Os resultados apontam que, em sua maioria os empreendimentos são administrados pelos proprietários e sua família, que iniciaram as atividades com o objetivo de complementar a renda e como oportunidade de mercado. Apesar das dificuldades encontradas no momento da certificação, o papel de políticas públicas de incentivo à regularização e de assistência técnica se mostrou eficiente no apoio à formalização. Atualmente as agroindústrias estão atingindo 75% da sua capacidade de processamento diário, em que o principal fator limitante para a expansão é a disponibilidade de mão de obra. Oito dos entrevistados têm interesse em expandir o empreendimento. A expansão da estrutura, da capacidade de processamento e a ampliação do mercado depende principalmente da mão de obra e de algumas alterações na legislação.

Palavras-chave: Agroindústria familiar. Agricultura familiar. Beneficiamento. Desenvolvimento rural. Produtos de origem animal.

ABSTRACT

The concern and demand for healthy and quality food grows periodically. Rural family agroindustry's are important suppliers of these foods. In view of this, the present research had the general objective of analyzing the challenges faced by formal rural family agroindustry's for the processing of products of animal origin in the municipality of Santa Helena, in the West of Paraná, Brazil. The research is of the descriptive type, with the main method of collecting information and in-depth interviews, carried out with the universe of rural family agroindustry's of processing and improvement of products of animal origin. The results indicate that, for the most part, the enterprises are managed by the owners and their families, who started their activities with the objective of supplementing their income and as a market opportunity. Despite the difficulties encountered at the time of certification, the role of public policies to encourage regularization and technical assistance proved to be efficient in supporting formalization. Currently, agroindustry's are reaching 75% of their daily processing capacity, where the main limiting factor for expansion is the availability of labor. Eight of the interviewees are interested in expanding the enterprise. The expansion of the structure, of the processing capacity and the expansion of the market depends mainly on the workforce and on some changes in the legislation.

Keywords: Family agroindustrial. Family farming. Improvement. Rural development. Animal products.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Localização do Município de Santa Helena, no oeste do Paraná, Brasil²³

Figura 2 – Localização das agroindústrias familiares rurais de processamento de produtos de origem animal do município de Santa Helena²⁵

Figura 3 – Nuvem de palavras das motivações para a criação das agroindústrias²⁹

Figura 4 – Nuvem de palavras dos desafios internos e externos ao empreendimento³⁴

Figura 5 – Nuvem de palavras das expectativas dos proprietários dos empreendimentos com relação aos órgãos de apoio³⁵

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Canais de comercialização acessados para venda da produção³³

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Atividades desenvolvidas e mão de obra das agroindústrias26

Tabela 2 – Origem da matéria prima das agroindústrias familiares rurais de beneficiamento de produtos de origem animal31

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADAPAR	Agência de Defesa Agropecuária do Paraná
CONAMA	Conselho Nacional do Meio Ambiente
DERAL	Departamento de Economia Rural do Paraná
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
RIISPOA	Regulamento da Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal
SEAB	Secretaria da Agricultura e do Abastecimento do Paraná
SIE	Serviço de Inspeção Estadual
SIF	Serviço de Inspeção Federal
SIM	Serviço de Inspeção Municipal
SISBI-POA	Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal
SUASA	Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária
SUSAF-PR	Sistema Unificado Estadual de Sanidade Agroindustrial Familiar, Artesanal e de Pequeno Porte
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
VBP	Valor Bruto da Produção

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO12

2 AGROINDÚSTRIAS DE BENEFICIAMENTO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL16

2.1 DEFINIÇÃO E LEGISLAÇÃO PARA O PROCESSAMENTO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL16

2.2 SISTEMAS DE REGULAMENTAÇÃO SANITÁRIA DE AGROINDÚSTRIAS FAMILIARES RURAIS17

2.3 AVANÇOS E NOVAS QUESTÕES PARA AGROINDÚSTRIAS FAMILIARES RURAIS19

3 MÉTODO23

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES25

4.1 4.1 CARACTERIZAÇÃO DAS AGROINDÚSTRIAS25

4.2 TRAJETÓRIA DA FORMALIZAÇÃO DA AGROINDÚSTRIA28

4.3 4.3 SITUAÇÃO ATUAL E PERSPECTIVAS PARA O EMPREENDIMENTO30

4.4 MERCADOS E DESAFIOS32

5 CONCLUSÃO37

REFERÊNCIAS38

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM RESPONSÁVEIS POR AGROINDÚSTRIAS FAMILIARES RURAIS DE PROCESSAMENTO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL43

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo diagnosticar, identificar e analisar o impacto de políticas públicas municipais e os desafios encontrados por agroindústrias de beneficiamento de produtos de origem animal no município de Santa Helena, no Oeste do Paraná, Brasil. Muitas das políticas públicas são voltadas para a fiscalização dos empreendimentos e para a operacionalização da produção tendo como objetivo o funcionamento com regularidade perante as normas sanitárias, tanto nos seus certificados como nas suas formas de produção, assim podendo agregar valor aos seus produtos e comercializá-los sem restrições. Porém, esses empreendimentos têm enfrentado situações que causam vulnerabilidades, fatores esses que muitas vezes limitam a produção e a expansão da agroindústria, e, em alguns casos, até mesmo comprometem a viabilidade. A exemplo, estudos com agroindústrias rurais no Brasil têm apontado que aspectos de legalização sanitária e de comercialização da produção compreendem o principal conjunto de fatores de vulnerabilidades que comprometem a continuidade das atividades (ESTEVAM; SALVARO; SANTOS, 2018; KARNOPP et al., 2019; CRUZ, 2020).

É notável as dificuldades encontradas pelos proprietários de agroindústrias rurais, empreendimento esse que pode ser definido basicamente como indústrias que se dedicam ao processamento e a transformação de matéria-prima agropecuária tanto de origem animal quanto vegetal, que são transformadas por meio de alterações físico-químicas e se caracterizam pela grande variabilidade qualitativa e quantitativa, tanto no quesito operação dentro dos empreendimentos, como no enquadramento perante a legislação sanitária (PREZOTTO, 2002; MIOR, 2005). O que acaba fazendo com que majoritariamente trabalhem de forma informal, não regularizando a produção em vista dos altos custos envolvidos e, em outros casos, diante da falta de regularidade na oferta e na produção de matéria prima (ESTEVAM et al., 2012; MIOR, 2013; KARNOPP et al., 2019). Tais exigências se sobressaem no caso de agroindústrias de processamento de produtos de origem animal (PINTO et al., 2020; BITENCOURT et al., 2021).

O entendimento e esclarecimento de dúvidas é primordial no trabalho familiar em que muitas vezes o conhecimento popular e tradicional acaba se sobressaindo

perante o conhecimento técnico, em vista do conflito entre o modo de produzir e as exigências legais para isso. Segundo Sulbacher e David (2009) a agroindústria familiar pode ser classificada como importante estratégia para reverter as consequências socioeconômicas da modernização conservadora na agricultura. Essa também ficou conhecida como Revolução Verde, em que as formas de produção passaram por uma modernização, iniciando a utilização de novas tecnologias como pacotes agroquímicos, melhoramento genético, uso de implementos, entre outros. Para os autores, a criação de políticas públicas para essa categoria tem como objetivo retirar a elaboração e processamento de alimentos da informalidade a legitimar a produção artesanal. Entretanto, assim como a legislação busca fornecer maior qualidade de produção, também acaba sendo um empecilho para que as atividades se desenvolvam dentro da pequena propriedade rural atendendo as exigências legais.

Com o crescente aumento da população e a diversidade de demandas alimentares, ampliar a diversidade de oferta e tipos de alimentos tem sido uma demanda constante. No estado do Paraná é registrado crescimento de aproximadamente 11% em 2021, comparados aos dados de 2010 (IBGE, 2021). Segundo a Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento do Paraná (SEAB), o Município de Santa Helena, local de realização de nossa pesquisa, registrou aumento de áreas agricultáveis em hectares de aproximadamente 5,95% passando de 26.150,00 ha para 27.800,00 ha, assim como aumento produtivo em toneladas da produção. Mais do que aumentar a área cultivada, é essencial melhorar a produtividade, a qual pode ser auxiliada pela utilização de novas tecnologias, manejos diversificados e processamento de produtos. O aumento produtivo visa a produção de alimentos, porém, deixando muitas vezes a desejar na qualidade do alimento produzido.

Santa Helena é um município localizado no Oeste do Paraná, contabilizou 1.599 estabelecimentos agropecuários no último Censo Agropecuário do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, dos quais 673 declararam realizar algum tipo de processamento de alimentos (IBGE, 2019). O município conta com 12 agroindústrias de beneficiamento de produtos de origem animal formalizadas, distribuídas em: uma de abate e de processamento de bovinos; duas de processamento de suínos; seis de abates, processamento e subprodutos de aves de postura e corte; uma de abate e

processamento de peixes; e duas de beneficiamento de leite e elaboração de seus derivados.

Em anos recentes, houve importante salto na classificação do Município no ranking paranaense do VPB – Valor Bruto de Produção publicado pela SEAB - Secretaria da Agricultura e do Abastecimento, por meio do DERAL - Departamento de Economia Rural, que informa a produção rural paranaense por município, sendo que a maior produção em 2019 no município de Santa Helena foi de aves, suínos e produção de leite respectivamente. Entre os 399 municípios do Paraná, Santa Helena detém hoje a sexta posição entre os maiores produtores, segundo a publicação do DERAL, atingindo um VPB de R\$1.082.888.625,22 bilhões (DERAL, 2019).

Quando se observa a nível federal os dados fornecidos pelo censo [agropecuário](#) do IBGE, referente ao número de estabelecimentos agropecuários com agroindústrias rurais voltados para produtos de origem animal, o Brasil conta com vários empreendimentos voltados para esta finalidade totalizando 615.304 empreendimentos, divididos entre produção e processamento de carnes, subprodutos derivados de leite, entre outros, representando 12,1% do total de estabelecimentos agropecuários do país (IBGE, 2019). A nível estadual o Paraná conta com um grande número de empreendimentos voltados ao processamento de produtos de origem animal totalizando 24.812 empreendimentos segundo dados do censo do IBGE (2019), empreendimentos divididos entre produção e processamento de carnes, subprodutos derivados de leite, entre outros.

Diante desse cenário e das constantes mudanças em curso, a questão norteadora de nosso projeto é: Qual o diagnóstico atual e quais são os desafios encontrados por agroindústrias de beneficiamento de produtos de origem animal no município de Santa Helena, no Paraná? Para responder a essa questão, o objetivo geral deste projeto de pesquisa é analisar os desafios encontrados por agroindústrias familiares rurais formais de beneficiamento de produtos de origem animal no município de Santa Helena, no Paraná. Desmembraram-se em objetivos específicos:

1. Caracterizar as atividades socioeconômicas e produtivas encontradas nas agroindústrias familiares rurais do município de Santa Helena;

2. Identificar suas motivações e as dificuldades no momento da legalização do processamento e aspectos na comercialização dos produtos de origem animal;
3. Analisar as situações consideradas desafios para a continuidade das agroindústrias de beneficiamento de produtos de origem animal do município de Santa Helena.

Este trabalho se justifica por dois aspectos centrais. Primeiro, pela importância social e econômica de agroindústrias rurais familiares na inclusão produtiva e na valorização da produção local. Segundo, pela importância dos resultados dessa pesquisa, os quais podem permitir a adoção de políticas públicas municipais direcionadas às situações encontradas.

Adicionalmente, este trabalho tem motivação pessoal, visto que o autor da pesquisa atuou desde o ano de 2019 na Secretaria Municipal de Agricultura do Município de Santa Helena. Os resultados encontrados a partir do presente trabalho serão utilizados para contribuir diretamente com as agroindústrias em funcionamento e futuros empreendimentos existentes no município e indiretamente com a sociedade em geral, e comércio local. Além do levantamento estatístico dos dados, os resultados contribuirão com a indicação de novos programas de políticas públicas municipais, para fomento e auxílio da classe.

2 AGROINDÚSTRIAS DE BENEFICIAMENTO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL

Nesta seção são apresentados elementos conceituais e analíticos que visam subsidiar o estabelecimento do método e a posterior análise dos resultados da pesquisa. Para tanto, o capítulo está dividido em três subseções, em que na primeira são apresentados elementos sobre a definição de agroindústrias de beneficiamento de produtos de origem animal e informações sobre a legislação que tem orientado sua regularização. Na segunda são tratados os regulamentos sanitários que regem a sua formalização.

2.1 DEFINIÇÃO E LEGISLAÇÃO PARA O PROCESSAMENTO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL

As agroindústrias rurais são empreendimentos que desenvolvem atividades de transformação e beneficiamento de produtos de origem animal ou vegetal, em instalações próprias, de terceiros ou comunitárias, utilizando da matéria-prima produzida no próprio estabelecimento agropecuário ou adquirida de outros produtores, mas com a destinação final do produto feita pelo produtor (IBGE, 2006).

De acordo com Mior (2005) a origem e evolução das agroindústrias pode ser entendida como uma construção social que a partir do momento da tomada de decisão por parte dos agricultores interage diretamente com diversos fatores como o social, econômico e cultural. Para a formalização desses empreendimentos existem algumas exigências dos órgãos de fiscalização que são amparados pela legislação vigente, em que se tem a divisão em três aspectos, quais sejam: ambiental, sanitário e tributário. Esses segmentos têm como objetivo reger o produtor rural que realiza o processamento de produtos de forma irregular ou informal, ou seja, não adequado às normas sanitárias. O licenciamento faz parte das competências do Ministério da Agricultura, regulamentado pela Lei Federal nº. 7.889/89, que delega competências também aos estados e municípios para realizarem o licenciamento sanitário de produtos de origem animal (BRASIL, 1989). Conforme a área de comercialização é necessário que o produtor

providencie o registro junto ao Serviço de Inspeção Federal (SIF), Serviço de Inspeção Estadual (SIE) ou Serviço de Inspeção Municipal (SIM).

A legislação ambiental foi instituída pela Lei nº 6.938/81, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação (BRASIL, 1981), que tem como objetivo a preservação e a recuperação da qualidade ambiental. Ainda há o Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama) que dispõe da Resolução nº 237/1997 que trata dos procedimentos e dos critérios utilizados no licenciamento ambiental e dos empreendimentos e atividades que necessitam do licenciamento ambiental. De acordo com a legislação se entende como licenciamento ambiental o processo administrativo pelo qual o órgão competente licencia a localização, instalação, ampliação e a operação de empreendimentos e atividades que utilizarem de recursos ambientais, consideradas potencialmente poluidoras ou daquelas que, de qualquer forma, possam causar degradação ambiental, considerando as disposições legais e regulamentares e as normas técnicas aplicáveis a cada caso. (CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE, 1997). A legislação fiscal e tributária a qual regulamenta os empreendimentos agroindustriais é a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, que institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte (BRASIL, 2006).

2.2 SISTEMAS DE REGULAMENTAÇÃO SANITÁRIA DE AGROINDÚSTRIAS FAMILIARES RURAIS

De acordo com a Legislação em vigência, várias normativas e regulamentos estabelecem regras para instalação, abertura e operação das agroindústrias. Essas normas são de grande valia quando abordado o assunto alimentos. Dentre os regulamentos sanitários para o processamento de produtos de origem animal está o Regulamento da Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal (RIISPOA), primeira regulamentação relacionada à inspeção de alimentos de origem animal, que entrou em vigor em 1952, por meio do Decreto no 30.691, que aprovou o

Regulamento da Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal RIISPOA, estabelecido pela Lei no 1.283, de dezembro de 1950 (BRASIL, 1950).

Apresenta-se ainda o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Animal (Suasa) que tem como principal objetivo descentralizar o processo de fiscalização sanitária com isso agilizando as etapas de registro dos projetos agroindustriais. Os estados e municípios passaram a ter papel fundamental na inspeção das boas práticas de fabricação. O programa contribui com a saúde pública ao zelar pela higienização dos produtos de origem vegetal e animal (SILVA, 2018).

Já o Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal (SISBI-POA), que faz parte do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (SUASA), constituído por meio da Lei no 9.712, de novembro de 1998 (BRASIL, 1998). Esse Sistema, que busca padronizar e harmonizar, em todo o território nacional, procedimentos de inspeção de produtos de origem animal para garantir a inocuidade e a segurança dos alimentos, tornou-se vigente a partir do Decreto no 5.741/2006 (BRASIL, 2006), que regulamentou o funcionamento do SUASA.

A nível federal o uso do Decreto número 9.013, de 29 de março de 2017 que trata de uma nova versão para o Regulamento da Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal RIISPOA, e também veio com o objetivo de complementar e regulamentar as Leis no 1.283, de 18 de dezembro de 1950, e a Lei no 7.889, de 23 de novembro de 1989. Que dizem respeito a inspeção industrial e sanitária de produtos de origem animal (BRASIL 2017).

Em nível estadual tem-se o Sistema Unificado Estadual de Sanidade Agroindustrial Familiar, Artesanal e de Pequeno Porte (SUSAF – PR), que tem como objetivo a integração de forma descentralizada dos serviços de inspeção municipais e que utilizam de parâmetros técnicos, métodos de controle e autocontroles e boas práticas de fabricação, para garantir a qualidade, sanidade, inocuidade e identidade dos produtos comercializados no estado (ADAPAR, 2020).

O município de Santa Helena conta com o Serviço de Inspeção Municipal em Produtos de Origem Animal (SIM/POA) que regulamenta o registro dos alimentos de origem animal produzidos no Município de Santa Helena e destinados ao consumo humano nos limites de sua área geográfica. Cabe às suas atribuições regulamentar a

implantação, construção, reformas, aparelhamento e/ou reaparelhamento dos estabelecimentos, o transporte de produtos alimentares industrializados ou beneficiados e a embalagem e a rotulagem de produtos (SANTA HELENA, 2018).

2.3 AVANÇOS E NOVAS QUESTÕES PARA AGROINDÚSTRIAS FAMILIARES RURAIS

Nesta seção, buscamos apresentar o que a literatura especializada já avançou sobre os desafios e os cenários em torno da formalização e da informalidade em agroindústrias familiares rurais de processamento de produtos de origem animal. Assim, serão apresentados e discutidos os principais resultados, a fim de contribuir com a realização dessa pesquisa, especialmente na construção da entrevista e na inserção á campo com mais propriedade sobre a temática.

As agroindústrias rurais são uma das formas de amenizar a disparidades sociais no campo, aumentando os postos de trabalho, diversificando as atividades e as formas de enriquecimento da renda familiar (CARUSO; SACCO DOS ANJOS, 2008; CONTERATO et al., 2021). Contudo, relatos por parte dos gestores e de agricultores mostram dificuldades relacionadas às legislações sanitárias e fiscais e no gerenciamento do empreendimento. Wilkinson e Mior (1999) deixam claro que a informalidade dos empreendimentos é vista de duas formas pelos demais pesquisadores, como sonegação para alguns e como uma forma criativa de reagir a burocracia estatal e a inadequação de serviços públicos e privados para outros.

De acordo com Gomes (2017), os principais desafios para formalização do empreendimento envolvem, muitas vezes, o atendimento a questões burocráticas, como a falta de comunicação entre o órgão estadual e municipal, atendendo com precariedade as demandas do produtor, dificultando a regularização dos empreendimentos. Para Fernandes e Engel (2016), a adequação das agroindústrias familiares às normas legais é um dos principais motivos que impedem a legalização do empreendimento, e as normas sanitárias são um processo complicado, devido à necessidade de mais informações, instrução e capacitação aos gestores. Se por um lado é importante reconhecer a relevância do atendimento às normas exigidas pelos órgãos públicos, por outro lado deve

haver a compreensão das diferentes realidades de agroindústrias familiares rurais para assim viabilizar sua legalização.

De acordo com Cruz (2020), as atividades de processamento e beneficiamento de produtos vêm sendo realizadas por diversas famílias de produtores rurais há muitos anos e mesmo com o baixo número de pesquisas voltadas para esta área, a produção é expressiva. Portanto, as políticas vigentes são pouco efetivas no auxílio a formalização, desta forma os produtores seguem utilizando os meios tradicionais e informais de produção, tornando válido os argumentos sobre os riscos à saúde. Quando observada as legislações atuais e antigas são visíveis os retrocessos de alguns anos em diante, como a inviabilização da comunicação que se tinha para reconhecer a qualidade e a diversidade das formas de produção no país. Conteratto et al. (2021) concluem que apesar das dificuldades e da falta de políticas públicas para a agricultura familiar existe um interesse por parte da classe em expandir seus empreendimentos de beneficiamento e processamento de produtos, pela qualidade de vida e diversificação da renda familiar. Com isso é perceptível a importância das pesquisas científicas quantitativas e qualitativas, pela influência que elas têm nas políticas públicas, e de certa forma que, os avanços constitucionais e legislativos nem sempre impulsionam os empreendimentos, muitas vezes acabam tendo efeito contrário levantando novas problemáticas e até mesmo fazendo não valer de nada esforços feitos anteriormente.

Ao encontro desses argumentos, Wilkinson e Mior (1999) constatam que a presença do setor informal na produção se dá pelo fato de em grande parte a produção ser uma tradição da agroindústria artesanal, em que a falta de adequação às normas não é intencional a fim de burlar as leis trabalhistas ou buscar vantagens na evasão fiscal. Estudo realizado por Valim (2017) conclui que um dos principais desafios para a regularização das agroindústrias informais são as alterações ocorridas nas políticas públicas, que muitas vezes acabam utilizando a mesma forma burocrática para todos os tamanhos de empreendimentos, o que dificulta as condições para os pequenos empreendimentos. A falta de recursos financeiros para a regularização, bem como o tempo para adequação produtiva e estrutural da agroindústria soma-se a esse cenário. Em análise recente, Cruz (2020) aponta que a legislação brasileira atual não acompanha

os avanços e mudanças no meio rural, o que induz o produtor a permanecer na informalidade.

As análises dos autores acima apontam cenário similar ao encontrado em Santa Helena, na medida em que o número de agroindústrias na informalidade ainda é superior ao registro legal, obtendo um número estimado de 25 empreendimentos informais, motivados, especialmente, pelos desafios de adoção e implementação dos regulamentos da legislação. Ramos, Cruz e Souza (2021) mostram a importância da participação de diversos atores no processo de formalização de agroindústrias, uma vez que as organizações da agricultura familiar, de consumidores e do setor de saúde tem importante papel na elaboração de normativas para a inclusão socioprodutiva de pequenos empreendimentos.

Niederle (2009) constata que esses estabelecimentos e os produtores rurais são hábeis para articular e desenvolver várias atividades que permite a eles fazer frente a contextos de crescente vulnerabilidade econômica e social. Para Lanes (2014), às dificuldades encontradas para regularização dos empreendimentos se dão devido à idade avançada dos colaboradores, falta de perspectiva da sucessão familiar, custos elevados para novos investimentos, falta de conhecimento e instrução para realizar a parte burocrática, e a relação custo-benefício que nem sempre é vantajosa pelo tempo necessário para o retorno de recursos investidos. Outro fator que influencia na dificuldade no funcionamento das agroindústrias é a falta de acompanhamento técnico, voltado para a linha de produção, com o detalhamento em cada atividade realizada.

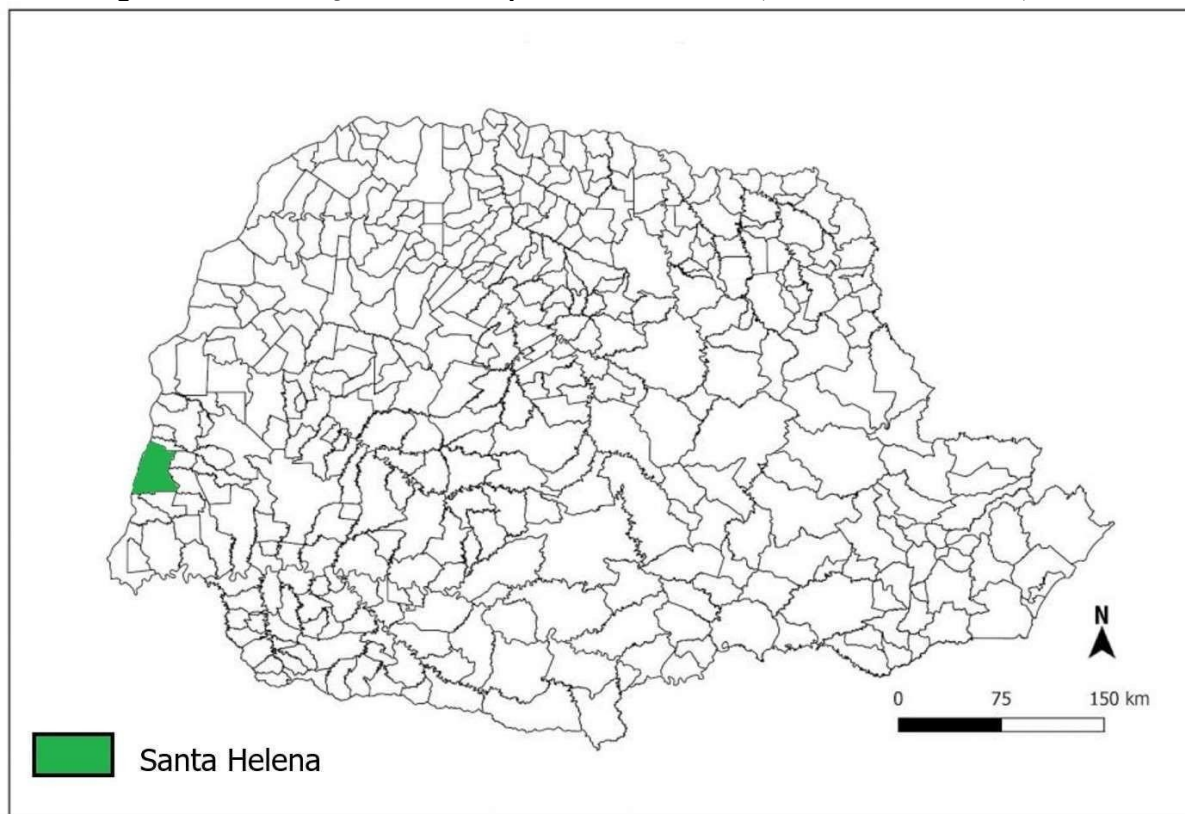
Caruso e Sacco dos Anjos (2008) complementam que nenhuma política pública ou ação governamental terá bons resultados sem a realização de uma ação que afete fatores como o financiamento do empreendimento, qualificação dos processos produtivos, acesso aos mercados, qualificação profissional, e um ambiente institucional que propicie o desenvolvimento dos empreendimentos. Outros estudos como o de Lourenzani e Silva (2006) apresentam outro olhar para a problemática, para os quais as agroindústrias familiares que os maiores entraves para a sustentabilidade estão na comercialização dos produtos, e sua sustentabilidade depende primeiramente de uma melhor concepção dos negócios, ou seja, uma melhor capacidade de avaliar e analisar as oportunidades da formação dos negócios e dos riscos envolvidos.

Com o presente levantamento bibliográfico é perceptível que desde as pesquisas não tão recentes até as atuais, as dificuldades encontradas pelas agroindústrias rurais de Santa Helena são as mesmas de outros estados e municípios do país, onde as pesquisas e estudos realizados por diversos autores apontam para problemática similar. As dificuldades encontradas pelas agroindústrias para se formalizarem devido aos impasses e burocracia previstos na legislação sanitária e a falta ou precariedade na comunicação entre os órgãos fiscalizadores em escala federal, estadual e municipal permanecem como importante desafio à regularização e à permanência na formalidade. Outras pesquisas como a realizada por Azevedo, Colognese e Shikida no ano de 2000, e Lourenzani e Silva em 2006 apontam para as dificuldades de comercialização, melhor avaliação dos riscos e formatos dos negócios, e conseqüentemente o risco da desistência de grupos menos experientes no setor. É visível a importância das pesquisas científicas para a elaboração e adequação de políticas públicas, pois a partir delas é possível chegar a resultados que possam ser utilizados de base para esta elaboração. Ao decorrer da pesquisa bibliográfica é possível perceber ainda um número elevado de pesquisas realizadas nas regiões de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, com isso deixando em aberto uma vasta área para a pesquisa no estado do Paraná.

3 MÉTODO

A elaboração do presente trabalho objetiva compreender, caracterizar e diagnosticar as dificuldades das Agroindústrias de Beneficiamento de Produtos de Origem Animal do Município de Santa Helena – Paraná, fatores muitas vezes limitante na operação e funcionamento do empreendimento (Figura 1). Desta forma auxiliando e possibilitando o melhor entendimento e que o entendimento seja baseado na percepção e nas experiências dos produtores rurais e proprietários de empreendimentos com essa finalidade.

Figura 1 – Localização do Município de Santa Helena, no oeste do Paraná, Brasil



Fonte: Elaborado pelo autor com base em mapa cartográfico do IBGE (2021).

O tipo de pesquisa será descritivo (HERNANDEZ SAMPIERI *et al.*, 2013), uma vez que visa descrever um fenômeno e identificar variáveis que determinam as decisões entre produtores rurais que possuem agroindústrias de processamentos de

produtos de origem animal. A pesquisa envolve levantamento bibliográfico sobre as dificuldades encontradas pelas agroindústrias de beneficiamento de produtos de origem animal, a influência das legislações sanitárias para o funcionamento do empreendimento e a ação dos órgãos fiscalizadores.

O principal instrumento utilizado para a realização desta pesquisa foi a entrevista em profundidade. Os dados foram coletados pelo pesquisador, por meio de entrevista com produtores rurais proprietários de agroindústrias no município de Santa Helena. As entrevistas foram realizadas nas propriedades rurais onde estão localizados os empreendimentos, no período de março a abril de 2023.

A entrevista contou com questões quantitativas e qualitativas. A entrevista foi estruturada de forma a obter informações a respeito do perfil dos agricultores com agroindústrias, tipo de produtos processados, canais de comercialização utilizados, acesso às políticas públicas de incentivo e a avaliação dessas pelo produtor, e verificação de situações que geram vulnerabilidades para estes produtores rurais (APÊNDICE A).

Para realização da pesquisa, foram utilizadas como unidades de análise os 12 estabelecimentos que realizam processamento de produtos de origem animal formalizadas, e como amostra o universo de agroindústrias de beneficiamento de produtos de origem animal, registradas do município de Santa Helena. Atualmente, segundo a equipe de Inspeção Sanitária Municipal, são registradas 12 agroindústrias regularizadas em funcionamento.

Foram realizadas 10 entrevistas em agroindústrias de processamento de produtos de origem animal, sendo em dois casos o mesmo produtor proprietário de duas delas com dois CNPJs, uma vez que realizam procedimentos distintos, um para abate e um para processamento dos produtos.

Para a análise dos dados quantitativos, foram realizadas análise de estatística descritiva, considerando mínima, máxima e média. Para as informações qualitativas, foi utilizada a análise de conteúdo, buscando criar categorias para identificação das situações de vulnerabilidade e das estratégias de ação e reação desses produtores.

As propriedades rurais onde estão situadas, variam de três mil metros quadrados até 20 hectares. Entre as agroindústrias de beneficiamento de produtos de origem animal do município de Santa Helena, duas realizam a produção e o processamento de produtos oriundos de leite, duas de abate e cortes de frangos de corte, duas de beneficiamento de ovos de galinhas de postura, duas de processamento de carne suína e confecção de embutidos e defumados, uma de abate e cortes de carne bovina e uma de abate e beneficiamento de pescados (Tabela 1).

Tabela 1 – Correlação entre as atividades desenvolvidas e mão de obra das agroindústrias

Nome	Atividade	Mão de Obra		
		Familiar	Contratada Esporádica	Contratada Permanente
Agroindústria 1	Leite, queijo, iogurte, manteiga	3	0	3
Agroindústria 2	Abate e processamento de peixe	4	0	15
Agroindústria 3	Abate e processamento (frango picado e frango inteiro)	2	0	3
Agroindústria 4	Abate e processamento (frango picado e frango inteiro)	3	1	0
Agroindústria 5	Abate e processamento (cortes de carnes de gado)	4	1	3
Agroindústria 6	Nata e doce de leite	3	0	0
Agroindústria 7	Embutidos (salame, torresmo, linguiça, bacon, outros)	4	0	7
Agroindústria 8	Ovos de galinha	3	0	3
Agroindústria 9	Ovos de galinha	4	0	20
Agroindústria 10	Embutidos (salame)	4	0	0
Média		3,4	0,2	5,4

Fonte: Elaborado pelo autor com base em pesquisa de campo (2023).

A tabela 1 apresenta dados referentes à mão de obra familiar contratada. Os dados nos permitem constatar que somente duas agroindústrias contam exclusivamente com a mão de obra familiar. A contratação de mão de obra esporádica é registrada em dois estabelecimentos, enquanto a contratação de mão de obra permanente é informada para sete agroindústrias, variando de três a 20 pessoas. Em estudo para o município de Constantina, no Rio Grande do Sul, Conteratto et al. (2021) encontraram menor uso de mão de obra contratada, identificada em apenas quatro das 21 agroindústrias rurais familiares pesquisadas.

Com a realização das entrevistas foi possível constatar que as agroindústrias empregam jovens e adultos com idades entre 22 e 52 anos, sendo elas administradas

por homens e mulheres (cinco empreendimentos por homens e cinco por mulheres). Essa pluralidade de atores envolvidos na atividade confere às agroindústrias atividade promissora para inclusão rural, uma vez que as atividades desenvolvidas permitem que diferentes gerações possam atuar em consonância.

Em nível de escolaridade temos em sua maioria proprietários com apenas nível de ensino médio completo (seis dos entrevistados), com ensino superior incompleto (dois) e com ensino superior completo (dois). Adicionalmente, a pesquisa demonstrou que há preocupação dos pais em oferecer formação superior aos filhos com vistas a contribuírem com o desenvolvimento das atividades dentro e fora do empreendimento, isso é evidenciado na medida em que em oito das agroindústrias possuem algum membro formado ou com graduação em andamento.

No que concerne ao tamanho dos estabelecimentos agropecuários em que as agroindústrias estão localizadas, esses variam de 3.000 m² a 20 hectares de área própria, havendo apenas um estabelecimento com registro de área arrendada no montante de 21 hectares, totalizando 30 hectares. Das atividades desenvolvidas dentro da propriedade, além da agroindústria, temos cinco produtores de grãos, sete pecuaristas (com criação de bovinos e piscicultura) e um produtor de feno.

No aspecto mecanização, seis produtores utilizam maquinário (trator e implementos) próprios e quatro não disponibilizam de maquinários, mas nove dos entrevistados relataram utilizar programas de incentivos municipais, apenas um não utiliza maquinário dentro de sua propriedade.

A renda dos estabelecimentos é formada pela renda das agroindústrias, seis contabilizam renda de atividade agrícola, cinco contam também com renda de criações pecuárias, três de atividades fora da propriedade e duas com aposentadoria. A renda bruta anual mínima da agroindústria é de R\$ 48.000,00 e a máxima é de R\$ 2.160.000,00. Nesse cenário, a agroindústria familiar representa de 100% a 35% da renda das famílias, em que para três estabelecimentos é a renda principal, para quatro representa de 50 a 80% da renda e o restante é inferior a 50% da renda. Em estudo de agroindústrias familiares rurais em Ijuí, no Rio Grande do Sul, Prochnow, Kuhn e Thesing (2022) constatam que para 61% dos estabelecimentos analisados o empreendimento é a principal renda das famílias. Os resultados do estudo corroboram com a realidade

encontrada em Santa Helena, na medida em que demonstra que a existência de outras rendas nos estabelecimentos é prática de segurança para as famílias.

4.2 TRAJETÓRIA DA FORMALIZAÇÃO DA AGROINDÚSTRIA

Na sua grande maioria a trajetória para a formalização dos empreendimentos se deu após o início das atividades de beneficiamento dos produtos. De acordo com os produtores, a crescente demanda pelos produtos por parte dos consumidores influenciou na identificação de potencial para a atividade e na consequente necessidade de formalização dos empreendimentos. O ano de criação das agroindústrias varia de 1992 a 2019, em que três foram criadas até início dos anos 2000 (1992, 1995, 1998, 2002) e o restante depois de 2010 (2010, 2011, 2015, duas em 2017, 2019). Apesar do início das atividades, a formalização ocorreu em duas no início dos anos 2000 e para oito delas isso foi realizado entre 2011 e 2019.

As palavras que mais se repetem no discurso dos participantes da pesquisa são “oportunidade” e “mercado”, que simbolizam as motivações por trás da criação dos estabelecimentos. Resultado semelhante é encontrado por Etges e Karnopp (2020), ao constatarem que entre as agroindústrias familiares rurais do Vale do Rio Pardo, no Rio Grande do Sul, 40% estão formalizadas e, por consequência, alcançam mais mercados para escoamento da sua produção. De acordo com as autoras, o processamento permite que um produto inicialmente comercializado de forma informal destinado a passe a ter valor agregado na medida em que ganha caráter comercial e formal.

não haviam integrantes da família com formação superior, o que os colocava em situação de dependência e vulnerabilidade no acesso à informação e orientação técnica. O apoio técnico para criação das agroindústrias é claramente distinguido em apoio público e privado. Três agroindústrias receberam orientações de profissionais contratados, o restante foi viabilizado por meio de suporte oferecido pelo Serviço de Inspeção Municipal

– SIM e Secretaria Municipal de Agricultura (três) e por meio de assistência técnica e extensão rural de projeto de contratação regional (quatro) projeto de assistência técnica aos produtores rurais. O suporte oferecido centrava-se na regularização e na assistência técnica aos produtores para as adaptações necessárias, melhorias nas suas instalações, atualização dos sistemas produtivos e adoção de boas práticas dentro e fora de seus estabelecimentos. As agroindústrias 7 e 8 possuem Sistema Unificado Estadual de Sanidade Agroindustrial Familiar, Artesanal e de Pequeno Porte (SUSAF/PR) e todas possuem o selo de inspeção municipal.

Em estudo com agroindústrias de panificados no Oeste do Paraná, Kasmin, Passini e Boico (2019) observaram que a presença de assistência técnica e extensão rural permite ampliar a renda do produtor rural e auxiliar na resolução de situações comerciais e de modelo de negócios. Martins et al. (2020) realizaram estudo que analisou as contribuições das agroindústrias familiares como uma estratégia utilizada por agricultores de se inserirem em mercados agroalimentares. Os autores constatam que as agroindústrias familiares são utilizadas como uma estratégia de renda familiar, pela insuficiência da renda agrícola desenvolvida na propriedade, bem como, contribuem com a diversificação de atividades, minimizando riscos econômicos em contextos de vulnerabilidade.

4.3 SITUAÇÃO ATUAL E PERSPECTIVAS PARA O EMPREENDIMENTO

Em alguns casos a agroindústria representa um complemento de renda familiar e em outros a única fonte de renda dentro da propriedade, com isso tendo uma variação de percentual da contribuição da agroindústria para a renda familiar de 10 a 100%. E os controles de gastos são feitos por meio de planilhas e anotações em cadernos.

Apenas duas agroindústrias estão atingindo sua capacidade total de processamento, o restante alcança aproximadamente 75% da sua capacidade de processamento diário. A Tabela 2 ilustra parte desse cenário, ao destacar uma segunda situação de vulnerabilidade para os empreendimentos: a dificuldade de produção própria da matéria prima para o funcionamento dos empreendimentos. Quatro empreendimentos não adquirem produtos de fora da propriedade rural, e um deles não atinge sua capacidade máxima de produção.

Por outro lado, seis deles funcionam com mais de 70% da produção advinda de fora dos estabelecimentos agropecuários. Etges e Karnopp (2020) encontraram que 50% da matéria prima das agroindústrias de Rio Pardo, RS, são adquiridas de terceiros, somente 23,3% têm sua capacidade de produção atendida com produção própria. Passini (2020) encontrou que apenas 36% dos agricultores com agroindústrias no Paraná processam matéria prima de suas próprias produções. A literatura destaca que as agroindústrias familiares obtêm a matéria-prima de produção própria ou comprada na localidade, em pequenas quantidades, de vizinhos e outros agricultores locais (PREZOTTO, 2002; MIOR, 2005; 2013; Passini, 2020). Ao encontro dos resultados encontrados neste estudo, Conteratto et al. (2021) também constatou que 60% das agroindústrias do município de Constantina (RS) processam a partir da aquisição de 100% dos insumos externos ao estabelecimento.

Tabela 2 – Origem da matéria prima das agroindústrias familiares rurais de beneficiamento de produtos de origem animal

Nome	Origem da matéria prima		
	% produção na propriedade	% adquirido de terceiros	Fonte da matéria prima
Agroindústria 1	100%	-	Produção Própria
Agroindústria 2	30%	70%	Produtores Particulares
Agroindústria 3	10%	90%	Cooperativa
Agroindústria 4	70%	-	Produção Própria
Agroindústria 5	-	100%	Produtores Particulares
Agroindústria 6	100%	-	Produção Própria
Agroindústria 7	-	100%	Abatedouros da região
Agroindústria 8	-	100%	Cooperativa
Agroindústria 9	100%	-	Produção Própria
Agroindústria 10	-	100%	Frigoríficos

Fonte: Elaborado pelo autor com base em pesquisa de campo.

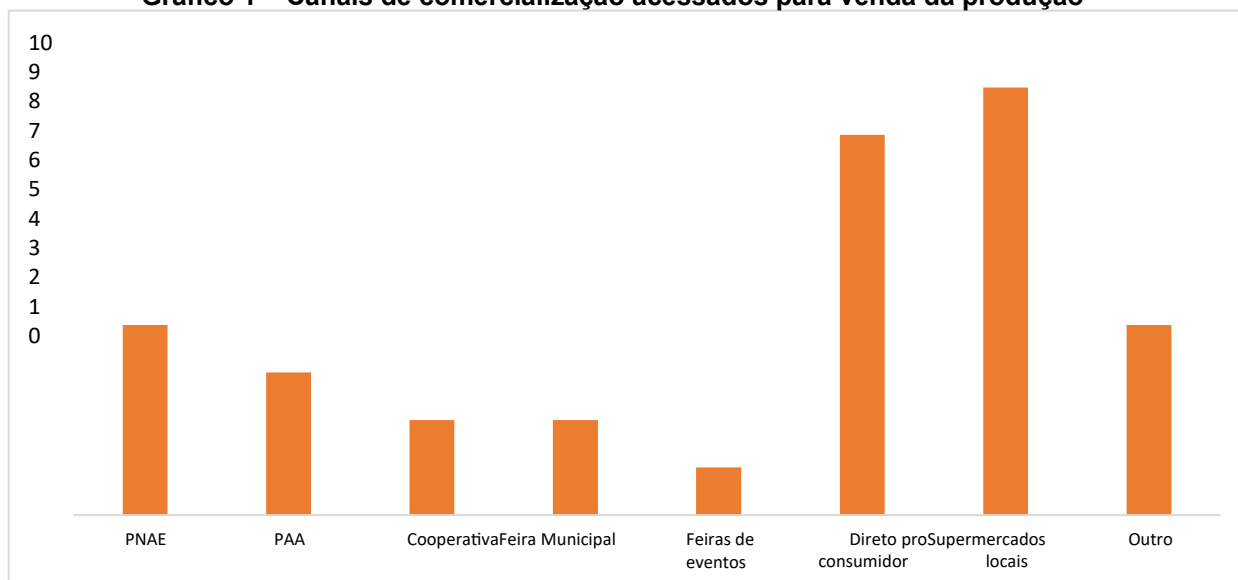
Segundo os participantes da pesquisa, as razões para não produção de totalidade da matéria prima na propriedade são: três consideram mais barato e fácil adquirir no mercado/externo; três consideram inviável produzir no estabelecimento por questões relevo e baixa qualidade dos solos; três apontam que a área de terra é insuficiente; e um aponta que têm mão de obra insuficiente. Além dessas, dois empreendimentos indicaram que gostariam de produzir toda a matéria prima, mas, para isso, seria necessário abrir fábricas de ração para criação de animais. Essa exigência mostra-se inviável para esses produtores.

É importante destacar que dentre o universo dos entrevistados, oito relataram que tem objetivo de expandir o empreendimento, porém a expansão de estrutura, capacidade de processamento diário e ampliação do mercado depende principalmente da mão de obra.

4.4 MERCADOS E DESAFIOS

Atualmente as agroindústrias escoam sua produção para diferentes mercados, comercializando para até quatro canais distintos, com uma média de 3,2 canais de venda entre as entrevistadas. A venda para supermercados locais e direta ao consumidor (realizada na propriedade e com entrega em casa), são os principais canais de venda, seguindo da venda para o Programa Nacional de Alimentação Escolar e outros canais (Gráfico 1).

Gráfico 1 – Canais de comercialização acessados para venda da produção



Fonte: Elaborado pelo autor com base em pesquisa de campo.

Para os empreendimentos, o melhor canal de comercialização é a venda direta ao consumidor, muitas vezes com a venda realizada pela ferramenta de conversa WhatsApp, visto que a negociação e a organização da entrega são facilitadas. Na sequência, a venda para o PNAE e mercados locais (feiras) representa o segundo melhor retorno. Nove das dez agroindústrias comercializam em outros municípios, por meio da participação em feiras e da entrega direta a consumidores.

Quando questionados a respeito dos desafios internos e externos ao empreendimento, as limitações de disponibilidade de mão de obra familiar e contratada preponderam no que diz respeito a continuidade do funcionamento das agroindústrias, mencionada por seis empreendimentos. Em análise para agroindústrias familiares rurais no Noroeste do Rio Grande do Sul, Conteratto et al. (2021) apontam que a mão de obra familiar é considerada a oportunidade para os empreendimentos e tem sido sua vantagem competitiva. Por outro lado, Strohschoen (2022) demonstra que 43,8% das 16 agroindústrias familiares rurais estudadas em Santa Rosa (RS) afirmam que a dificuldade de disponibilidade de mão de obra reflete em incertezas na continuidade da atividade

Figura 5 – Nuvem de palavras das expectativas dos proprietários dos empreendimentos com relação aos órgãos de apoio



Fonte: Elaborado pelo autor com base em pesquisa de campo.

O incentivo, predominante no discurso dos entrevistados, é explicado pela demanda em financiamentos com menores taxas de juros e alguma forma de capital de giro para gestão dos estabelecimentos. A fiscalização mencionada entre as agroindustriais é reflexo da existência de processamentos informais e que concorrem nos mesmos mercados, nas palavras dos produtores significa “concorrência desleal”, “desigualdade” e “necessidade de fiscalização igualitária para todas as agroindustriais”.

Em essência, as principais problemáticas das agroindústrias de beneficiamento de produtos de origem animal do município de Santa Helena, além das demandas individuais, não centra-se nas legislações vigentes (estaduais e federais), mas sim as restrições impostas pela legislação municipal. De acordo com os entrevistados, as dificuldades em conseguir mão de obra, a necessidade por taxas de juros mais justas, a ausência de programas e políticas públicas para investimentos dentro dos empreendimentos implicam em limitações para a expansão e para chegar a mais mercados.

Ao avaliarem o futuro do empreendimento, dois deles têm interesse em encerrar as atividades no município e migrar para outro local. Isso se justifica pelas dificuldades

na comercialização e na disponibilidade de mão de obra. Por outro lado, oito deles almejam alcançar a capacidade máxima de processamento, obter novos certificados e selos, e expandir para novos mercados.

5 CONCLUSÃO

Esta pesquisa permite concluir que, no tocante às dificuldades das agroindústrias de beneficiamento de produtos de origem animal, os produtores apontam que os principais desafios são falta de disponibilidade mão de obra, dificuldades de atender e se enquadrar nas legislações sanitárias, fiscalização desigual e consequente inviabilidade de expansão de mercados.

Apenas dois empreendimentos possuem selo do Sistema Unificado Estadual de Sanidade Agroindustrial Familiar, Artesanal e de Pequeno Porte (SUSAF), além do selo de Inspeção Municipal, o que evidencia a burocracia para adquirir certificados de venda para comercialização em escala estadual e federal. Adicionalmente, altas taxas de juros e necessidade de expressivos valores para a adequação das instalações são fatores externos limitantes para o empreendimento, e a falta de mão de obra é o principal fator interno limitante. Diante dessas situações a perspectiva de expansão, tanto de processamento como de mercado, ficam reduzidas.

REFERÊNCIAS

ADAPAR, **Perguntas e Respostas SUASA/SUSAF/PR**, 2020, Disponível em: https://www.adapar.pr.gov.br/sites/adapar/arquivos_restritos/files/migrados/File/Destaques/PERGUNTAS_FREQUENTES_SUASA_SUSAF_PR1.pdf, Acessado em 22 de abril de 2022

AZEVEDO, Paulo Roberto, COLOGNESE, Silvio Antônio, SHIKIDA, Pery Francisco Assis, **Organizações Rurais e Agroindustriais**. REVISTA DE ADMINISTRAÇÃO DA UFLA. v.2 n°1, 2000

BITENCOURT, F.A. et al. Caracterização da agroindústria de produtos cárneos de base familiar no Rio Grande do Sul. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, PR, v.7, n.5, p.53823-53840, may 2021. DOI: <https://doi.org/10.34117/bjdv7n5-674>

BRASIL. **Lei n° 7.889, de 23 de novembro de 1989**. Dispõe sobre a inspeção sanitária e industrial dos produtos de origem animal, e dá outras providências. Diário Oficial República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 23 de novembro de 1989.

Brasil. **Lei n° 1.283, de 18 dezembro de 1950**. Dispõe sobre a inspeção industrial e sanitária dos produtos de origem animal. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília.

BRASIL. **Lei n° 6.938, de 31 de agosto de 1981**. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 2 set. 1981.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA. **Resolução n° 385, de 27 dezembro de 2006**. Estabelece procedimentos a serem adotados para o licenciamento ambiental de agroindústrias de pequeno porte e baixo potencial de impacto ambiental. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=52>. Acesso em: 07 jun. 2022.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. (2017a). **Decreto n° 9.013, de 29 de março de 2017**. Novo Regulamento de Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal (RIISPOA). Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 2017.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Decreto n° 5.741, de março de 2006**. Regulamenta os arts. 27-A, 28-A e 29-A da Lei n° 8.171, de 17 de janeiro de 1991, organiza o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 2006.

BRASIL. **Resolução CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997**. Dispõe sobre a revisão e complementação dos procedimentos e critérios utilizados para o licenciamento ambiental. Publicada no DOU nº 247, de 22 de dezembro de 1997, Seção 1, páginas 30841-30843, 199

CARUSO. C.O.; SACCO DOS ANJOS.F. **Dificuldades para implementação de agro-indústrias familiares no extremo sul do Rio Grande do Sul**. 2008. Disponível em: https://www2.ufpel.edu.br/cic/2008/cd/pages/pdf/SA/SA_00372.pdf, Acessado em 04 de maio de 2022

CONTERATTO, C. et al. Agroindústrias familiares rurais: um estudo dos empreendimentos do município de Constantina-RS. **Revista Grifos**, v. 30, p. 94-113, 2021.

CONTERATTO, C. et al. Agroindústrias familiares rurais: um estudo dos empreendimentos do município de Constantina-RS. **Revista Grifos**, Chapecó, v. 30, n. 53, 2021. DOI: <https://doi.org/10.22295/grifos.v30i53.5510>

CRUZ, F.T. Agricultura familiar, processamento de alimentos e avanços e retrocessos na regulamentação de alimentos tradicionais e artesanais. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 58, n. 2, p. 1-21, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/1806-9479.2020.190965>

DERAL. Secretaria de Estado Da Agricultura e do Abastecimento Departamento de Economia Rural. **Gráficos Municipais referentes ao Valor Bruto da Produção Rural**. Curitiba: DERAL/SEAB, 2019. Disponível em: https://www.agricultura.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2020-10/GraficosMunicipaisVBP2019.pdf

ESTEVAM, D. O. et al. Cooperativas rurais não-patrimoniais (ou virtuais) e o difícil caminho da formalidade: o caso dos agricultores familiares da região do sul do Estado de Santa Catarina. **REDD – Revista Espaço de Diálogo e Desconexão**, Araraquara, v. 5, n. 1 jul./dez. 2012. DOI: <https://doi.org/10.32760/1984-1736/REDD/2012.v5i1.5520>

ESTEVAM, D.O.; SALVARO, G.I.J; SANTOS, V.J.D. Os desafios da inserção formal de produtos da agricultura familiar no mercado. **Redes - Revista do Desenvolvimento Regional**, V. 23, N. 1, p. 262-281, Jan./Abr. 2018. DOI: <https://doi.org/10.17058/redes.v23i1.11176>

ETGES, V.E.; KARNOPP, E. A agroindústria familiar no contexto do sistema agrário colonial no Sul do Brasil. **Redes. Revista do Desenvolvimento Regional**, v. 25, n. 1, p. 268-283, 2020. Doi: DOI: <https://doi.org/10.17058/redes.v25i1.14255>

FERNANDES. D.M.M.; ENGEL. B.S. Agroindústrias familiares rurais: vantagens e desvantagens da legalização. **Redes - Revista do Desenvolvimento Regional**. v. 21, n. 3, 2016. DOI: <https://doi.org/10.17058/redes.v21i3.6904>

GOMES. I.C.S. **Diagnóstico da situação das agroindústrias familiares rurais atuantes no município de Cachoeira do Sul e os problemas relacionados à regularização, Cachoeira do Sul – RS**, 2017, Disponível em:

<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/179973/001065730.pdf?sequence=1&isAllowed=y>, Acessado em: 29 de abril de 2022.

HERNÁNDEZ SAMPIERI, R. et al. **Metodologia de pesquisa**. Porto Alegre: Penso, 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo Agropecuário 2006**. Rio de Janeiro: IBGE, 2006. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/51/agro_2006.pdf

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo Agropecuário 2017**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/51/agro_2006.pdf

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Cidades**. População de Santa Helena. Rio de Janeiro: IBGE, 2021. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/51/agro_2006.pdf

KARNOPP, E. et al. Formalidade x informalidade: análise sobre as dinâmicas das agroindústrias familiares do Vale do Rio Pardo – (RS/Brasil). **Colóquio - Revista do Desenvolvimento Regional**, São Leopoldo, RS, v. 16, n. 1, 2019. DOI: <https://doi.org/10.26767/1200>

KASMIN, M. A.; PASSINI, J. J.; BOICO, D. G. A importância da assistência técnica e extensão rural para agroindústrias familiares: o caso da agroindústria de panificação no Oeste do Paraná. **Gestão e Desenvolvimento em Revista**, [S. l.], v. 5, n. 1, p. p. 84–98, 2019. DOI: <https://doi.org/10.48075/gdemrevista.v5i1.21740>

LANES. R.O.S. **Entraves e avanços na implantação das boas práticas de fabricação em pequenas agroindústrias familiares de Júlio De Castilhos – RS**, Ijuí – 2014. Disponível em: <https://bibliodigital.unijui.edu.br:8443/xmlui/handle/123456789/2820>, Acessado em 03 de maio de 2022.

LOURENZANI. W.L.; SILVA. C.A.B. **Os desafios da agroindústria de pequeno porte**. 2006. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Wagner-Lourenzani/publication/228785208_Os_desafios_da_agroindustria_de_pequeno_porte/links/0deec526a5235f04ce000000/Os-desafios-da-agroindustria-de-pequeno-porte.pdf Acessado em: 28 de abril de 2022.

MARTINS, M.M.V.; SILVA, L.M.N. Epidemiologia econômica: Análise para o mercado cárneo. **Revista de Política Agrícola**, v. 31, n. 1, 2022.

MARTINS, S.P. et al. Desenvolvimento rural a partir da inserção em mercados agroalimentares. **Desenvolvimento Rural Interdisciplinar**, v. 2, n. 2, Dez. 2020.

MIOR, L. C. et al. **Caracterização das Agroindústrias Familiares e das Redes de Cooperação no Sul Catarinense**. Florianópolis: Epagri, 2013.

MIOR, L.C. **Agricultores familiares, agroindústrias e redes de desenvolvimento rural**. Chapecó: Argos, 2005.

NIEDERLE. P.A.; JUNIOR. V.J.W.; A agroindústria familiar na região Missões: construção de autonomia e diversificação dos meios de vida, **Redes**, Santa Cruz do Sul, v. 14, n. 3, p. 75 – 102, set./dez. 2009.

PASSINI, J.J. **Agroindústria familiar, desenvolvimento rural e sustentabilidade**. 2020. 150 p. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo, 2020.

PINTO, H.E. et al. Implicações do Selo Arte para a Competitividade de Negócios Agroalimentares: o caso dos produtos alimentícios artesanais de origem animal. **Research, Society and Development**, Vargem Grande Paulista, SP, v. 9, n. 8, Jul. 2020. DOI: <https://doi.org/10.33448/rsd-v9i8.5352>

PREZOTTO, L.L. Uma concepção de agroindústria rural de pequeno porte. **R. Ci. Hum.**, Florianópolis, N. 31, 2002. DOI: <https://doi.org/10.5007/%25x>

PROCHNOW, D.A.; KUHN, I.N.; THESING, N.J. Práticas de Administração Financeira em Agroindústrias Familiares da Região Noroeste do Rio Grande do Sul. **Epitaya E-Books**, v. 1, n. 1, 135-152, 2022. Doi: <https://doi.org/10.47879/ed.ep.2022380p135>

RAMOS. M.O.; CRUZ. F.T.; SOUZA. G.C. Inclusão socioprodutiva e legislação sanitária: o caso das polpas de frutas nativas da mata atlântica, **Revista Raízes**, Campina Grande, SP. 41, n. 2, jul./dez. 2021. DOI: <https://doi.org/10.37370/raizes.2021.v41.736>

Rocha, T., et al. Desafios do mercado para os produtos de origem animal da agricultura familiar. **Revista Brasileira Multidisciplinar**, v. 25, n. 1, 182-197, 2022. Doi: <https://doi.org/10.25061/2527-2675/ReBraM/2022.v25i1.1286>

SANTA HELENA, PARANÁ, (2018). **Lei Municipal 2.673 de 24 de outubro de 2018**. Dá nova redação a Lei Municipal nº 1.769/2008, que dispõe sobre a produção, comercialização e registro de produtos de origem animal - SIM/POA e dá outras providências no Município de Santa Helena. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a1/pr/s/santa-helena/lei-ordinaria/2018/267/2673/lei-ordinaria-n-2673-2018-da-nova-redacao-a-lei-municipal-n-1769-2008-que-dispoe-sobre-a-producao-comercializacao-e-registro-de-produtos-de-origem-animal-sim-poa-e-da-outras-providencias-no-municipio-de-santa-helena?r=p>, Acessado em 22 de abril de 2022

SILVA, Raphael Marques da, **Saiba quais são os principais programas de incentivo à agricultura familiar**, 13 de abril de 2018, Disponível em: <https://biofort.com.br/saiba-quais-sao-os-principais-programas-de-incentivo-a-agricultura-familiar/>, acessado em 22 de abril de 2022

STROHSCHOEN, M. **Percepção de produtores rurais sobre os processos de legalização e formalização de agroindústrias rurais familiares no município de Santa Rosa/RS**. 2022. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Curso de Desenvolvimento Rural, Três de Maio, 2022.

SULZBACHER, A. W.; DAVID, C.D. Agroindústria familiar rural: uma estratégia para melhorar a qualidade de vida no espaço rural. **Geosul**, Florianópolis, SC, v. 24, n. 47, p. 69-90, jan./jun.2009. DOI: <https://doi.org/10.5007/2177-5230.2009v24n47p69>

VALIM, Ricardp Tiel de Oliveira. **Avanços e desafios na regularização das agroindústrias familiares de açúcar mascavo e melado de Itati/RS**, Santo Antônio da Patrulha, 2017, disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/180254/001066774.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acessado em: 28 de abril de 2022.

WILKINSON. J.; MIOR. L.C. **Setor informal, produção familiar e pequena agroindústria**, 1999. Disponível em: <https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/159>. Acessado em: 03 de maio de 2022.

**APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM RESPONSÁVEIS POR
AGROINDÚSTRIAS FAMILIARES RURAIS DE PROCESSAMENTO DE
PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL**

**UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ
CURSO DE AGRONOMIA**

*Roteiro de entrevista em profundidade - 2022
Julio Matheus Ramos Pereira - Acadêmico de
Agronomia Alessandra Matte - Professora Orientadora*

Data: ___/___/2023

Nome do entrevistado(a): _____ Idade: _____

Proprietário(a) () Filho () Outro (): _____ () M () F

Localidade/Distrito: _____

Município: _____

Telefone(s): _____

Quanto tempo reside nesse local: _____

Distância (Km) da sua casa até a cidade/aglomeração urbana do seu município: _____

Nome da Agroindústria: _____

PARTE I - CARACTERIZAÇÃO

1. Quantas pessoas da família residem na propriedade? _____

Tem membros que residem na área urbana do município? _____

2. Quantas pessoas trabalham na propriedade?

() Família: _____ N° de pessoas. Esporádica _____ Permanente _____

() Contratada: Esporádica _____ N° pessoas. Permanente _____ N° pessoas.

3. Qual o seu nível de escolaridade?

a) Nunca estudou

b) Ensino fundamental incompleto

c) Ensino fundamental completo

d) Ensino médio completo

e) Superior Incompleto

f) Superior

4. Tem algum filho ou outro membro da família, que participa das atividades da agroindústria, e tem maior nível de escolaridade?

5. Situação Fundiária.

Situação fundiária	Área (ha)
Área Total (ha)	
Própria	

Arrendamento*	De terceiros	
	Para terceiros	
Parceria		

*Para quê: () Produção de grãos () Pecuária () Outros

6. Quais são as atividades agropecuárias desenvolvidas em sua propriedade?

- a) () Bovinos de corte () Consumo () Venda
b) () Bovinos de leite () Consumo () Venda
c) () Ovinos () Consumo () Venda
d) () Caprinos () Consumo () Venda
e) () Equinos () Consumo () Venda
f) () Avicultura: () Integrada
() Consumo/ Subsistência
() Para agroindústria
g) () Suinocultura: () Integrada
() Consumo/ Subsistência
() Para agroindústria
h) () Lavoura Temporárias¹. Culturas: _____
i) () Lavoura Permanente²: Culturas _____
j) () Pastagens cultivadas. () Inverno () Verão
k) () Outra(s). Especifique: _____

7. Quais os equipamentos e implementos utilizados no desenvolvimento das atividades realizadas dentro da propriedade? (trator, roçadeira, enchada, carroça, arado). Quais?

8. Tem acesso a eles? () Sim () Não. Como?

9. Composição atual da renda bruta agrícola e não-agrícola.

Itens	Periodicidade		Valor em R\$*
	Mês	Ano	
Renda da agroindústria			
Renda de atividade agrícola (lavouras)			
Renda da atividade pecuária			
Renda de transferências sociais (aposentadoria, pensão, bolsa família)			
Renda de atividades fora da propriedade – Agrícolas e não agrícolas [aluguel, venda de mão de obra “safrista”, diarista, renda de filhos]			
Arrendamentos			
Outras rendas			

*Salário mínimo correspondente à R\$ 1.308,00.

10. Quanto à agroindústria representa na renda familiar total, em percentual? _____

1 Soja, milho, sorgo, mandioca, outros
2 Fruticultura,

11. **Você faz controle dos gastos/custos, de sua propriedade?** () Sim () Não.
Como? _____

PARTE II - INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE O EMPREENDIMENTO

12. Ano de início da agroindústria: _____

Quando formalizou: _____

13. Por que e como começou a agroindústria?

14. Quais os benefícios encontrados após a formalização?

15. Quais foram as maiores dificuldades encontradas na regularização do empreendimento?

16. Quais apoios técnicos utilizados no processo de regularização? Quais instituições?

17. Quais os tipos de produtos processados na agroindústria:

18. Capacidade diária de processamento: _____

Estão atingindo essa capacidade: _____

19. Com relação à matéria prima, qual o % produzido na propriedade? _____%

Qual o percentual adquirido com terceiros? _____%

De quem a matéria prima é comprada? _____

20. Caso não produza toda a matéria prima na propriedade, quais as razões?

() Mão de obra insuficiente

() Área (ha) insuficiente

() É inviável produzir (condições de relevo e solo)

() É barato e fácil adquiri-la no mercado

() Outras. Quais?

PARTE III - DIAGNÓSTICO DAS AGROINDÚSTRIAS FAMILIARES RURAIS DE BENEFICIAMENTO DE PRODUTORES DE ORIGEM ANIMAL

21. Qual o investimento inicial para o funcionamento?

22. Para onde vocês comercializam os produtos da agroindústria:

() PNAE (venda direta ou por cooperativa)

() PAA

() Cooperativa

() Feira municipal

() Feiras de eventos (regionais, estaduais)

() Direto do pro consumidor (whats, porta a porta)

() Supermercados locais (mercados de bairro)

() Outro:

23. Qual é o seu melhor canal de comercialização e por quê?

24. Quais certificados de inspeção o empreendimento possui? () SIM () SIE () SIF () SUSAF () SISBI
() Outro.

25. Além da venda nos locais acima, comercializa para outros municípios? () Sim. () Não.
Quais?

26. Se pudesse elencar desafios para a agroindústria, quais seriam as maiores dificuldades para o empreendimento:

a) Desafios internos:

b) Desafios externos:

27. O que você espera de contribuição da(o):

a) Governo municipal:

b) Gov. Estadual:

c) Gov. Federal:

d) IDR:

e) SIM/POA:

28. Quais são os desafios encontrados por agroindústrias de beneficiamento de produtores de origem animal no município de Santa Helena, no Paraná?

29. Quais as perspectivas para o futuro da agroindústria?